



## SEÇÃO LIVRE

### “O Partido não é patrimônio de um”: cisão republicana de 1915 no Rio Grande do Sul e as eleições municipais em Sant’Anna do Livramento

*“The Party is not the property of one”: Republican split of 1915 in Rio Grande do Sul and municipal elections in Sant’Anna do Livramento*

*“El partido no es propiedad de uno”: división republicana de 1915 en Rio Grande do Sul y elecciones municipales en Sant’Anna do Livramento*

**Gunter Axt<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-3666-156X](https://orcid.org/0000-0002-3666-156X)  
[gunter@terra.com.br](mailto:gunter@terra.com.br)

**Recebido em:** 28 nov. 2019.

**Aprovado em:** 12 set. 2020.

**Publicado em:** 17 nov. 2021.

**Resumo:** O artigo investiga as eleições municipais de Sant’Anna do Livramento, no Rio Grande do Sul, em 1916, conjuntura de crise na economia, na qual se processava nova cisão no interior do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), questionando o comando do presidente do estado Antônio Augusto Borges de Medeiros. Se em nível estadual a disputa era protagonizada por Ramiro Barcellos, desgostoso com a escolha de Hermes da Fonseca para concorrer à vaga senatorial do Estado, na esteira de urdiduras do senador Pinheiro Machado, em Livramento o Coronel João Francisco Pereira de Souza – ex-todo-poderoso comandante do IIº Regimento Provisório estacionado no Quartel do Cati até 1909 –, fracassado em negócios privados e rompido com Borges e os Flores da Cunha desde 1910, tentava retorno à vida pública, tendo como principal aliado o senador Pinheiro Machado, morto em 1915. O episódio ilustra a dinâmica das relações de poder no RS borgiano bem como o funcionamento do antigo PRR.

**Palavras-chave:** Sant’Anna do Livramento. Rio Grande do Sul. João Francisco Pereira de Souza. Borges de Medeiros. Coronelismo.

**Abstract:** The article investigates the municipal elections of Sant’Anna do Livramento, in Rio Grande do Sul, in 1915, conjuncture of crisis in the economy, in which a new split took place within the Republican Party Rio-Grandense (PRR), questioning the command of the President of the State Antônio Augusto Borges de Medeiros. If at the state level the dispute was starred by Ramiro Barcellos, disgusted with the choice of Hermes da Fonseca to run for the senatorial seat, thanks to Senator Pinheiro Machado’s manipulations, Colonel João Francisco Pereira de Souza - formerly powerful commander of the 2nd Provisional Regiment stationed at Cati Barracks until 1909 -, failed in private business and broken with Borges and Flores da Cunha since 1910, was trying to return to public life, with Pinheiro Machado, who died in 1915, as his main ally. The episode illustrates the dynamics of power relations in the Borgian RS as well in the old PRR.

**Keywords:** Sant’Anna do Livramento. Rio Grande do Sul. Joao Francisco Pereira de Souza. Borges de Medeiros. Coronelism.

**Resumen:** El artículo investiga las elecciones municipales de Sant’Anna do Livramento, en Rio Grande do Sul, en 1916, una coyuntura de crisis en la economía, en la que tuvo lugar una nueva división dentro del Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), cuestionando el comando del presidente del estado Antônio Augusto Borges de Medeiros. Si a nivel estatal la disputa fue protagonizada por Ramiro Barcellos, disgustado con la indicación de Hermes da Fonseca para postularse para la senatoria, a raíz de la acción del senador Pinheiro Machado, en Livramento el coronel João Francisco Pereira de Souza, anteriormente poderoso



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Secretário Municipal de Cultura de Porto Alegre.

comandante del 2º Regimiento Provisional estacionado en el Cuartel del Cati hasta 1909 –, fracasado en negocios y rompido con Borges y Flores da Cunha desde 1910, estaba tratando de volver a la vida pública, con el senador Pinheiro Machado, quien murió en 1915, como su principal aliado. El episodio ilustra la dinámica de las relaciones de poder en el RS borgista, así como el funcionamiento del antiguo PRR.

**Palabras clave:** Sant'Anna do Livramento. Rio Grande do Sul. Joao Francisco Pereira de Souza. Borges de Medeiros. Coronelismo.

## Introdução

As especificidades do sistema político sul-rio-grandense durante a Primeira República (1889-1930) ensejaram debates entre historiadores e cientistas políticos. A partir dos anos 1960, nexos foram costurados com a economia, no sentido de se superar a "visão que a classe dominante tinha de si", repartindo-se em dois blocos, o atrelado à ideologia positivista e reprodutores do discurso oficial e o, minoritário, dos opositores ao regime (FÉLIX, 1992, p. 69).

Sérgio da Costa Franco (1962, 1988) e Joseph Love (1975, 1989) introduziram o conceito de classe social, associando-o a duas macrorregiões – Campanha e Serra/Litoral –, alinhando-as, respectivamente, à predominância de estancieiros e à supremacia de prerrogativas burguesas, da classe média urbana e dos pequenos proprietários rurais, de modo a explicar projeção em uma do Partido Federalista, de oposição, e, em outra, do PRR. Em tal cenário, o Rio Grande do Sul seguiu sendo percebido como "uma anomalia" no sistema brasileiro, com destaque para as agremiações hierarquizadas, disciplinadas e programáticas (LOVE, 1989, p. 99).

Constatando a óbvia existência de simpatizantes e opositores de ambos os partidos nas duas regiões, novo grupo explicou a atrição em decorrência de "uma cisão no interior da classe dominante" que precisaria do Estado para mediar seus conflitos. Apesar da inspiração marxista, a luta entre "frações" de classe foi esvaziada de conteúdo material. Nem mesmo a cruenta Revolução Federalista (1893-1895) teria entre suas causas questões econômicas (ANTONACCI, 1981, p. 11, 26; BOSI, 1996, p. 281; MÜLLER, 1972, p. 38).

Céli Pinto (1987, p. 90) e Héglio Trindade (1993, p. 158) desprezaram o impacto das políticas públicas

na transferência de renda, garantindo não terem as oposições um projeto diferenciado de desenvolvimento, motivo pelo qual teriam fracassado. O ocaso imperial foi captado como fatalidade diante do fastígio do regime desafiado por um "projeto progressista e modernizador" (ANTONACCI, 1981, p. 18; VIZENTINI, 1992, p. 7; PESAVENTO, 1980; FONSECA, 1983, p. 106; TRINDADE, 1993, p. 119; BODEA, 1979, p. 184), em grande medida reproduzindo versões de época (JANOTTI, 1998).

A narrativa, que em boa parte incorporou fontes oficiais sem filtros ou contrapontos (AXT, 2002b), acabou repisando a vigência de um quadro diverso, no qual, apesar do governo de feição autoritária e oligárquica, haveria um projeto desenvolvimentista modernizante, com o partido dominante organizando-se de modo disciplinado, hierarquizado e programático. Nos anos 1980, entretanto, iniciou revisão dessa perspectiva: Boeira (1980) e Rodriguez (1980) comprovaram não haver uma tradução automática entre o positivismo comtista e o castilhismo, cuja prática, ainda, divergiria do próprio discurso; Baretta (1985) estabeleceu conexões entre interesses comerciais e os grupos que se digladiaram na Federalista; Bakos (1986) mostrou que o discurso oficial de estabilidade orçamentária não se confirmava na prática; Félix (1987), debruçando-se sobre os casos de Santa Bárbara e Palmeira das Missões, concluiu que os chefes locais não eram titeres submissos a Borges de Medeiros e que entre eles se estabelecia uma relação de confronto, cooptação e cooperação, típica do sistema coronelista de poder, conforme descrito por Leal (1978) e Janotti (1981); Ramos (1990), estudando Santo Antônio da Patrulha, mostrou que o partido era cindido por facções e conflitos; Constantino (1993) revelou que os imigrantes italianos estavam longe de se comportarem como súditos de "tranquilas ditaduras serranas", tomando parte em processos políticos e revolucionários; Grijó, ao acompanhar a trajetória da "geração de 1907", expôs o conflito entre facções intestinas do PRR, que vinha sendo descrito por memorialistas, como João Neves da Fontoura (1969), e historiadores locais, como Medeiros (1980) e Caggiani (1997); Weber (1999) apontou as limitações do progressis-

mo do PRR na área da saúde pública; Gertz (2001) percebeu o grau de divisão do partido nas zonas de colonização alemã.<sup>2</sup>

Parte da historiografia tem se dedicado então a rever nexos entre economia e política, demonstrando que o governo foi sustentado por uma aliança de frações de classe que reunia e beneficiava sobretudo o alto comércio urbano-litorâneo (Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande), aprofundando a discussão em torno do sistema coronelista de poder e sublinhando a intensidade da guerra de facções intestinas no PRR, cujo comando central, desafiado pelas próprias hostes, apenas era preservado em razão dos mecanismos autoritários de poder, tais como a bem treinada milícia estadual, a Justiça aparelhada e a fraude eleitoral (ver, por exemplo, dentre outros, AXT, 2001, 2007, 2011, 2012; CABEDA, 2002; BIAVASCHI, 2006; REINHEIMER, 2007; CADORE, 2014; RÜCKERT, 2015; HAMMERSCHMITT, 2019).

Este artigo pretende refletir sobre a dinâmica interna de poder no PRR a partir de um estudo de caso, a cisão republicana de 1915, na cidade de Sant'Anna do Livramento, na fronteira com o Uruguai, zona tradicionalmente conflagrada em razão da mobilização do Partido Federalista,<sup>3</sup> de oposição. Em 1910, o coronel João Francisco Pereira de Souza, conhecido pelas alcunhas de Hiena, Jaguar, ou Tigre do Cati, amargava o peso da precipitação na dissidência. O antigo todo-poderoso comandante do 2º Regimento Provisório da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, estacionado no moderníssimo e assustador quartel do Cati, na divisa com Quaraí, extinto em princípios de 1909, fora na região o braço forte de Julio Prates de Castilhos, líder supremo do PRR, falecido em 1903. Gozava de tamanho prestígio que operara a aliança secreta de Castilhos com o caudilho Aparício Saraiva e os nacionalistas uruguaios, contrabandeando armas pela divisa e garantindo a retaguarda no exército *blanco* nas

revoluções orientais de 1897, 1903 e 1904. Fora recebido pelo amigo senador Pinheiro Machado no Rio de Janeiro como o Herói do Campo Osório, local onde se travou o combate final da Revolução Federalista. No Uruguai seu renome era tamanho que os *blancos* o indicaram general comandante do exército revolucionário quando Aparício Saraiva morreu, em 1904. No Cati, chegou a comandar 800 homens, bem treinados e municados. Mas agastara-se com Borges de Medeiros quando começaram a diminuir os investimentos no Cati e depois de recusado pedido para se tornar vice-presidente do estado. Em setembro de 1910, dois de seus irmãos foram assassinados em um tiroteio no Clube Pinheiro Machado, em Livramento, por capangas ligados à família Flores da Cunha, de quem os Pereira de Souza tornaram-se desafetos (LOVE, 1975; CAGGIANI, 1997; AITA, AXT 1998; AXT 2001, 2011).

## 1 Forças políticas locais e antecedentes da cisão

Borges de Medeiros, ungido presidente do estado por Castilhos, funcionou até 1903 como obediente secretário. A partir daí, quis imprimir ao governo suas digitais. Já havia enfrentado, com Castilhos, a cisão de 1898, quando o general Carlos Telles capitaneou sua poderosa família para a oposição, juntamente com militares de guarnições da fronteira (ANAIS, 2009, p. 102-103; CABEDA; COSTA, 2002, p. 126, 135; CARONE, 1971, p. 186). Em 1901, nova rebelião federalista, dessa vez com o apoio de antigos correligionários, como Hippolyto Ribeiro, mas também de *colorados* uruguaios, foi abortada com a morte inesperada do líder liberal Gaspar Silveira Martins (ORICO, 1935; FRANCO, 2007).<sup>4</sup>

Em 1907, eclodiu cisão mais ampla com a pretensão de Borges de se reeleger, desgostando próceres como Fernando Abbott. Borges venceu, permanecendo na chefia do PRR, mas precisou ceder a

<sup>2</sup> Panorama mais pormenorizado desse debate pode ser consultado em: Félix, 1992 e Axt 2002b.

<sup>3</sup> Do ponto de vista programático, propugnava o parlamentarismo e o fortalecimento dos governos federal e municipais, em detrimento dos estaduais, além de defender Judiciário mais próximo do sistema imperial, com juizes de direito indicados pela União. Ver: TAVARES; TAVARES, 2004; FRANCO, 2007.

<sup>4</sup> MEDEIROS Borges de. [Correspondência]. Destinatário: J. F. Pereira de Souza. Santana do Livramento, 9 jun. 1901. 1 carta, n. 4269. Fundo Borges de Medeiros, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

presidência do estado a Carlos Barbosa Gonçalves. Em seguida, substituiu gestões municipais, anteriormente leais a Castilhos, por facções alinhadas a ele. Nessa época, ascenderam, por exemplo, os Vargas em São Borja e os Neves da Fontoura em Cachoeira do Sul (AITA, AXT, 1997; AXT, 2001).<sup>5</sup>

O ocaso de João Francisco vinha dessa conjuntura, pois o Regimento do Cati foi extinto por lei de fins de 1908, por Barbosa Gonçalves. Há mais de uma década, a desmobilização era reivindicada pelo Exército e pelo Ministério das Relações Exteriores, que desaprovavam a autonomia de João Francisco na região, promovendo, inclusive, uma "diplomacia marginal" no Uruguai. Com a morte de Castilhos, Borges foi aos poucos esvaziando-o. (LOVE, 1975, p. 86; CAGGIANI, 1997; RECKZIEGEL, 1999; DORATIOTO, 2000).

Paralelamente, fermentavam dissídios com lideranças locais, em especial o coronel Francisco Flores da Cunha. Chico Flores elegera-se intendente de Quaraí na condição de afilhado político de João Francisco, com quem logo se atritou, ambicionando maior autonomia, bem como as mesmas facilidades fiscais das quais o padrinho usufruía para trazer seus gados de campos no Uruguai. João Francisco conseguira evitar a reeleição de Flores em Quaraí, mas Flores se elegera em 1905 representante na Assembleia estadual.<sup>6</sup> Em 1910, quando rebentou o tiroteio no Clube Pinheiro Machado, no qual morreram dois de seus irmãos, João Francisco já não tinha a milícia nas mãos e Borges de Medeiros estava incentivando o atrito entre as facções – havia nomeado Francisco Flores da Cunha subchefe de Polícia, importante cargo político, para a região (CAGGIANI, 1997; AXT, 2001).

Quando foi extinto o 2º Regimento, João Francisco possuía mais de 60 quadras de sesmaria (cerca de 5.230 hectares). Tinha fundado o Sindicato Agrícola da Fronteira. Em 1908, na Exposição Nacional no Rio de Janeiro, levou carneiros Rambouillet e Romney Marsh e touros Polled

Angus, além de um cavalo Orloff, que presenteou ao presidente Afonso Pena. Em abril de 1910, ganhou isenções fiscais do Paraná, para erguer um frigorífico. Em 1900 associara-se ao amigo Moysés Vianna para fundar uma charqueada, com fábrica de sabão, velas e curtume. Mas faltaram investidores. Além disso, o governo considerou suas funções no comando do Cati incompatíveis com a direção do estabelecimento. A morte do irmão Bernardino, em 1910, significou o malogro do novo projeto (CAGGIANI, 1997).

Precisando de capitais e com o ambiente tóxico em Livramento, vendeu campos. Montou o Saladeiro Alto Uruguai em São Borja, de onde, contudo, acabou escorraçado por Viriato e Getúlio Vargas. Pela imprensa, moveu-se campanha contra ele. Um de seus homens mais próximos foi tocado e morto quando conduzia uma tropa.

Com a cabeça posta a prêmio pelos Vargas, em março de 1912 transferiu-se para São Paulo, onde montou, às margens do Rio Paraíba, a charqueada Caçapava Packing House, empreendimento que também fracassou, em razão da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Em 1915, havia brigado com os sócios e estava falido. Decidiu, apesar dos Flores da Cunha e de Borges de Medeiros, que o queria longe, voltar a Livramento, sua cidade natal (XARQUE, 1914; CORONEL, 1921; CAGGIANI, 1997, p. 228).

Em junho de 1912, Moysés Vianna – advogado, ex-intendente – tinha sido escolhido candidato à intendência, com o apoio de amigos de João Francisco, como Arthur Ulrich, Ataliba Gomes, Serafim Prates Garcia, João Pedro Barão e Salvador Lourenço de Senna (os dois últimos de antigos oficiais do Regimento do Cati a membros da executiva municipal do partido), sendo eleito. Borges de Medeiros, oficialmente, apoiou-o. Porém, dissimuladamente, estimulou a dissidência aberta pelo vigário Augusto Martins da Cruz Jobim, que guardava certa independência: em 1895, foi dos poucos a reprovar a comemoração com bailes e fogos da morte do almirante Luís Philippe Salda-

<sup>5</sup> Grijó (1998) apresenta uma boa resenha da memorialística sobre a cisão de 1907, sem consulta, entretanto, ampliada a outras fontes primárias, o que, além do vínculo teórico com Trindade (1993), não lhe permitiu ver o choque entre facções castilhistas e borgianas.

<sup>6</sup> SOUZA, João Francisco Pereira de Souza. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Santana do Livramento, 28 de jun. de 1906, carta n. 8183; SOUZA, João Francisco Pereira [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Santana do Livramento, 2 de jan. de 1907, carta n. 8189. Fundo Borges de Medeiros, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS).

nha da Gama no Campo Osório; em 1899, não se engajou na reação dos comerciantes ao delegado fiscal Idelfonso Fontoura; em novembro de 1903, não aderiu ao motim que se seguiu à *Fiesta de las Campanas*, quando santanenses pretenderam invadir Rivera, no Uruguai, para soltar compatriotas turbulentos presos pela polícia local. Sua candidatura foi industriada pelos Flores da Cunha, que mantinham o jornal *A Ordem*. Borges acertara a independência da folha em relação à administração Vianna. Mas em pouco tempo, descambara para o corriqueiro festival de opróbios, provocando réplicas coléricas de *O Debate*, ligado à facção de João Francisco e Vianna, e do federalista *O Maragato*, editado em Rivera. Os maragatos, liderados por Rafael Cabeda descarregaram seus votos em Vianna, julgando-o menos intolerante. Borges fora alertado disso pelo próprio.<sup>7</sup>

Borges nomeava os subintendentes indicados por Vianna, depois o notário ou um escriturário sugerido por Cruz Jobim. Quando a temperatura subia nos jornais, mandava aliviar a pressão. Ele não podia implodir a tradicional facção à qual João Francisco pertencia, sem provocar forte reação, mas foi alimentando à socapa o grupo dos Flores, que se projetara mais recentemente.

Em 1915, Rafael Cabeda se elegeu para a Câmara Federal, deixando Cruz Jobim em sobressalto. Moysés Vianna dera garantia aos eleitores maragatos e Cabeda, inclusive, era visto no gabinete do intendente. Borges sabia quem eram os eleitores de Cabeda, muitos dos quais empregados do município, do serviço de repressão ao contrabando ou da delegacia fiscal: maragatos nas coletorias de impostos garantiam certa independência dos funcionários em face aos poderosos.<sup>8</sup>

## 2 Crise econômica e dissidência estadual

Com a Guerra de 1914 na Europa, a economia sul-rio-grandense sofreu desarranjo, pois além da retração dos mercados, o principal centro consumidor – a Alemanha – se fechou. Os ex-

portadores tiveram dificuldade de redirecionar suas conexões para Nova Iorque e Lisboa, que se converteram em portos francos para produtos brasileiros e portugueses. A complicação de transportes forçou o escoamento pelo Prata, onde lucravam mais os intermediários com a alça de preços. Houve aumento do contrabando e queda na arrecadação do governo, que respondeu com arrocho. Em Livramento, as quatro charqueadas estavam à beira da falência e os fazendeiros endividados. A receita do município caiu abruptamente, enquanto a violência crescia, com assassinatos, assaltos e abigeatos. Os descontentamentos desaguarão na disputa eleitoral de 1915 e de 1916, para o Congresso Nacional e para o município (O ESTADO, 1916, p. 59; PESAVENTO, 1980; AXT, 2011).

Os sinais de inconformismo começaram com a retomada dos congressos classistas. Os segmentos tinham estrutura associativa difusa, circunscrita aos municípios. Mas mobilizações a partir de 1914 pretenderam abrangência regional e se fizeram em dissintonia com o governo, que obrava no sentido de toldar os canais de representação. A própria Assembleia estadual, como se sabe, era, segundo a Constituição de 14 de Julho de 1891, destituída de atribuições legislativas e se limitava à discussão manietada do orçamento. (PESAVENTO, 1980; AXT, 2011).

Republicanos dissidentes perceberam a inquietação. O ex-senador Ramiro Barcellos propagandeou benefícios da carne frigorificada e a necessidade de melhorar a raça bovina. Saudou iniciativas na estância de Pedras Altas, do dissidente Joaquim Francisco de Assis Brasil, e sugeriu, por contraponto, a paralisia do governo, incapaz de conceber uma fazenda modelo (AXT2016).

Ramiro afastara-se em 1906 da política para se dedicar à medicina e à representação dos interesses do megaempresário estado-unidense Percival Farquhar, que explorava o porto de Rio Grande e acabou entrando em choque com o governo. Com a fragilização do grupo Farquhar

<sup>7</sup> VIANNA, Moysés. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Santana do Livramento, 6 jun. 1912. 1 carta. n. 8208; JOBIM, Augusto da Cruz. [Correspondência] Destinatário: Borges de Medeiros. Santana do Livramento, 10 jun. 1913. n. 8218; ALMEIDA, Batista. [Correspondência] Destinatário: Borges de Medeiros. Santana do Livramento, 15 jun. 1913. 1 carta, n. 8219. IHGRS.

<sup>8</sup> Sobre o contrabando: SILVA, 1922; CESAR, 1978; BARETTA, 1985; AXT, 2002C; SOUZA, 2007; FLORES, 2012.

em 1914, em razão da escassez de financiamento desdobrada da guerra, Ramiro resolveu disputar a vaga ao Senado, já ocupada no passado. Porém, as cavilações de Pinheiro Machado fizeram do presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, o candidato à senatoria pelo PRR, bloqueando suas pretensões. Agastado, passou a invectivar Borges de Medeiros pela imprensa com o pseudônimo de Amaro Juvenal. Dessa rusga nasceu o célebre poemeto campestre "Antônio Chimango", que tanto incômodo trouxe ao presidente. A esta altura, jovens estrelas do Partido, como João Neves da Fontoura, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, estavam em processo de dissensão. O próprio Carlos Barbosa Gonçalves, ungido em 1908 ao governo do estado, precipitava-se na oposição (AXT, 2002, 2016; LAGO, 1996).

Em 14 de julho de 1915, data em que se comemorava a Revolução Francesa e a promulgação da Constituição de 1891, um comício contra a candidatura Hermes promovido no Largo dos Medeiros, onde se concentravam os principais cafés de Porto Alegre, terminou em tragédia. A Brigada Militar, para dissipar os manifestantes, espingardeou-os, produzindo nove mortes e muitos feridos. Instaurou-se um inquérito, presidido pelo desembargador Armando Azambuja, também nomeado chefe interino de Polícia até a sentença, em substituição a Francisco Thompson Flores. Concluiu-se que a responsabilidade recaía sobre os populares, inocentando a força pública, que teria agido em legítima defesa, sem ordem de carregar armas, nem tampouco de disparar. Borges estava afastado do governo desde maio, por conta de uma enfermidade. Retornou ao Palácio apenas um ano mais tarde, não sendo responsabilizado pelos eventos (ESCOBAR, 1922, p. 174-176).

Pinheiro Machado fora fiador do governo Hermes da Fonseca. Com protagonismo nas "salvações", que intervíram militarmente em estados, granjeara forte rejeição. No auge da influência, pretendeu se candidatar à sucessão presidencial de 1914. Seus inimigos obstaram-no. Conseguiu,

afinal, se eleger vice-presidente do Senado. De repente, ele estava no coração da engrenagem que montava o ministério de Wenceslau Braz, para o qual emplacou amigos como o mineiro Sabino Alves Barroso Júnior e os sul-rio-grandenses Alexandrino Faria de Alencar e Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, todos comensais das iguarias gauchescas no Palacete da Graça, onde residia. Até a direção do Distrito Federal foi entregue ao santanense Rivadávia da Cunha Corrêa (CABRAL, 1969, p. 136; LOVE, 1975, p. 158).

Em janeiro de 1915, Pinheiro fora hostilizado nas ruas do Rio de Janeiro, por partidários de Nilo Peçanha, antigo aliado que se convertia em contendor, pretendendo, sem apoio do senador, disputar as eleições para o governo estadual. Ao impor o nome do ex-presidente Hermes da Fonseca como candidato pelo Rio Grande do Sul foi quase linchado na porta do Senado por uma turba enraivecida. Em um sinal do acirramento de ânimos, Gonçalves Maia, deputado por Pernambuco, entrevistado sobre a maneira mais eficaz para purificar o sistema político, sugeriu um bizarro projeto de lei: "Art. 1º - Fica extinto o Senador Pinheiro Machado; Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário." O próprio Pinheiro já dizia em discurso de julho, depois do massacre em Porto Alegre: "É possível mesmo que o braço assassino, impelido pela eloquência delirante das ruas, nos possa atingir [...]" (CABRAL, 1969, p. 140).

A essa altura, a cisão repercutia em municípios, sendo Cachoeira do Sul, torrão natal de Ramiro Barcellos e de Borges de Medeiros, o caso mais notório. Dirigia, desde 1908, a política local o coronel Isidoro Neves da Fontoura, cujas relações com Borges se estremeceram em 1912, em razão da ação do juiz da comarca, Batista Gonçalves, com apoio do presidente pelos bastidores, que citou e prendeu funcionários públicos envolvidos na falsificação de um testamento, fraude, aliás, corrente.<sup>9</sup> No ano seguinte, Isidoro, já afastado da Intendência, "furou a chapa" oficial, isto é, retirou o nome de um desafeto, Arlindo Leal, da lista de

<sup>9</sup> FONTOURA, Isidoro Neves da. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Cachoeira do Sul, 6 ago. 1912. 1 carta. Confidencial, n. 820, IHGRS.

candidatos à deputação estadual distribuída aos eleitores locais.<sup>10</sup> Como medida disciplinar, Borges obrigou o filho, João Neves da Fontoura, a resignar o cargo de representante estadual, para o qual havia sido recém-eleito. Em solidariedade ao amigo, o jovem Getúlio Vargas também renunciou. Os dois estavam entre as estrelas ascendentes do partido, que haviam se destacado na campanha de 1907, ajudando Borges a enfrentar a dissidência então aberta por Fernando Abbott. Em 1914, repercutiu mal nas áreas coloniais o tabelamento do preço do feijão, cuja exportação foi proibida em 1915, para evitar o desabastecimento dos centros urbanos, combater a alça de preços e, assim, desmobilizar a ameaça de greves. O descontentamento foi explorado por ocasião da campanha para a senatoria, entre julho e agosto de 1915 (FONTOURA, 1969; AITA; AXT, 1997; AXT, 2001).

Aproxima-se a eleição de senador a qual, terá lugar no dia 2 de agosto. De um lado é candidato o Marechal Hermes da Fonseca, o homem que motivou as revoluções nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, bem como esbanjou o Tesouro até o último níquel. Inimigo declarado da colônia alemã, sua candidatura bem merece a repulsa de todos os alemães e de seus descendentes. O candidato conveniente é o Sr. Dr. RAMIRO BARCELLOS, o cidadão que, até aqui, tem prestado reais serviços ao bem geral. ELEITORES INDEPENDENTES! Elegei o Dr. Ramiro Barcellos e não Hermes da Fonseca, o indigno Presidente da nossa Pátria. Em Hermes só vota empregado do governo, [...] e os que acercam o mesmo governo visando interesses pessoais. O comércio, os agricultores e os colonos independentes que estão sobrecarregados de impostos, devem repudiar a candidatura Hermes para evitar ainda maiores males. O Governo prejudicou os colonos enormemente, proibindo a exportação do feijão e, não é improvável que um dia seja dificultada a exportação de arroz. O comércio é obrigado a pagar continuamente novos tributos, até sobre mercadorias antigas, que há muito têm em casa. Os impostos que os colonos têm pago para reparos nas estradas foram aplicados em funcionários supérfluos do governo. Eleitores independentes, votai no Dr. Ramiro Barcellos. Cachoeira, julho de 1915. PAULINO DA SILVA BRETON – Presidente do Conselho Municipal; ROBERTO DANZMANN - Conselheiro Municipal; MANOEL PRATES – idem; JORGE FRANKE; DR. ARLINDO LEAL; DR. JOÃO NEVES DA FONTOURA; CL. ANTUNES DE ARAUJO.<sup>11</sup>

### 3 Dissidência local

Em Livramento, João Francisco lançou manifesto em 29 de julho, alegando não ser o PRR patrimônio de um indivíduo e que Borges traía os ideais castilhistas. Havia na raiz do argumento uma contradição, pois, por óbvio, a chefia unipessoal não o incomodara em tempos de Castilhos.

A Constituição de 14 de Julho que, nas mãos hábeis do Patriarca Júlio de Castilhos, foi a base da ordem e progresso da nova fase política do Rio Grande do Sul, desaparecido Castilhos tornou-se uma arma de dois gumes nas mãos inábeis, fracas e incapazes de Borges de Medeiros, que tímido e insensato, começou a enxergar em cada um dos velhos servidores da causa castilhista um fantasma, um perigo para a sua ação, portanto atônito, vibrou golpes sobre golpes, arruinou ou aniquilou os principais companheiros de Castilhos, destruiu o brilho da obra republicana, e, finalmente, arruinou-se a si próprio, que hoje é considerado por todos o parasita do Rio Grande do Sul [...]. O Partido Republicano não é um patrimônio de um ou mais cidadãos. A direção política de todos os partidos bem organizados está subordinada a um diretório ou um grupo de homens prestigiosos. No Rio Grande o corre o contrário. A chefia do partido é pessoal e ainda é transmissível como um bem qualquer, segundo se viu nesses dias com a nomeação do Dr. Protásio Alves para a chefia do Partido Republicano (CAGGIANI, 1997, p. 119).

Encontrar o nicho para o discurso não era fácil, porque a maior parte da vaga oposicionista a Borges naquele momento era composta por gente indignada com Pinheiro Machado, a quem João Francisco era incondicionalmente associado. Moysés Vianna foi logo dizendo a Borges que não poderia seguir o velho companheiro e sugeria o presidente do Conselho Municipal Bento Maciel de Oliveira Sobrinho como candidato da corrente. Por sua vez, o vigário Jobim lançava o nome de Francisco Flores, principal inimigo de João Francisco. Sabendo não ter condições de se eleger, sem açular animosidades, Flores declinou e lembrou o nome de Juvêncio de Lemos, preposto de Borges que se instalara em Livramento com a força pública desde o tiroteio do Clube Pinheiro Machado, acontecido em 29 de setembro de 1910.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> LEAL, Arlindo. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Cachoeira do Sul, 23 ago. 1913. 1 carta nº 868. BORGES, Horácio. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Cachoeira do Sul, 21 ago. 1913. 1 carta, n. 864. IHGRS.

<sup>11</sup> [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Cachoeira do Sul, 1 ago. 1915, n. 980, IHGRS. Remetente desconhecido.

<sup>12</sup> José Antônio Flores da Cunha publicou, logo após o trágico acontecimento, o opúsculo *Perfidias de um bandido*, reunindo série de artigos com ataques ao desafeto João Francisco (AITA; AXT, 1998).

As relações entre os Flores e os Pereira seguiam azedas. Chico acusava a mãe de João Francisco, Dona Luiza, de ter mandado matar o peão José de Barros, ligado ao mano José Antônio e um dos implicados no confronto de 1910, além de ter urdido uma emboscada contra Brunel Martins, subdelegado do 1º Distrito de Quaraí. Por sua vez, João Francisco culpava os Flores de tramarem um atentado contra sua própria mãe.<sup>13</sup>

As eleições federais ocorreram em 2 de agosto e a máquina governamental funcionou como de costume, a despeito do caldo oposicionista: Hermes da Fonseca foi eleito. Em 22 de agosto, Ramiro Barcellos escreveu a João Francisco. Ambos tinham em comum a origem no movimento republicano histórico, tendo sido bigodeados por Borges de Medeiros, a cujo governo Ramiro se refere como "ditadura positivista", deixando transparecer a disposição para uma mobilização revolucionária.

Porto Alegre, 22 de agosto de 1915.

Caro amigo Cel. João Francisco P. de Souza.

Tenho em mãos a sua apreciadíssima carta de 6 do corrente, que não foi de pronto respondida, por estar muito atarefado nesses últimos dias, não só com trabalho de imprensa, mas com um avultado expediente de correspondências. Li com muita atenção a entrevista que deu ao *Debate*, onde o amigo expõe com lealdade o seu elevado ponto de vista em relação à política do Rio Grande e à necessidade de se congregarem, em um esforço comum, todos os elementos ainda não contaminados pela peçonha do positivismo dominante. Esse conagraçamento já existe em estado latente em todos os espíritos sãos e no coração de todos os rio-grandenses dignos, que ainda não abdicaram dos sentimentos de altiva dignidade, apanágio da nossa raça. Muito tenho meditado sobre os meios a empregar, com eficácia, para resolver pacificamente o problema da libertação da nossa terra da estúpida tirania que a empolgou e dos males sem conta e sem precedente que está cumulando sobre o nosso desenvolvimento moral e material. Para uma solução pronta, não os encontro, tal é o abastardamento a que chegou o Rio Grande, onde, à engrenagem da politicagem leal, se alia a impotência do civismo contra a fraude, a compressão e o egoísmo dos interesses pessoais. Afigura-se-me, entretanto, um crime cruzar os braços e deixar que tudo corra sem um protesto, ao menos. Os nossos protestos, por serem despidos de sanção, no presente

momento, podem tê-la, todavia, por um acontecimento inesperado qualquer, que se opere no centro e venha a ter aqui sua repercussão.

Se os tempos forem passando sem que tal aconteça, os avanços da ditadura se tornarão cada vez mais audazes e o Rio Grande será levado ao desespero e a uma guerra civil. Tudo pode acontecer, meu caro amigo. Em uma coisa somente me repugna crer é que o nosso Rio Grande se acomode para sempre à vida indigna da escravidão e da desonra, como o burgo mais podre da República. Continue o meu amigo e patriota os seus grandes trabalhos animadores junto aos amigos, a que se refere, na previsão de que nos possa exigir o dever dos filhos dessa terra bem-amada.

É quase certo que, no próximo verão, lhe vá fazer uma visita, como prometi. Com muita estima, subscrevo-me.<sup>14</sup>

Os "amigos" que poderiam detonar o "inesperado acontecimento do centro", tinham em Pinheiro Machado figura principal. Mas as coisas tomariam rumo diferente.

No dia 8 de setembro de 1915, a sessão parlamentar que diplomaria os novos senadores foi transferida por falta de quórum (havia murmúrios de dinamite plantada no prédio) e Pinheiro resolveu, de improviso, visitar o ex-presidente de São Paulo, Manuel Joaquim Albuquerque Lins, hospedado no Hotel dos Estrangeiros, no Flamengo. No hall, foi apunhalado pelas costas pelo jovem Francisco Manço de Paiva Coimbra, natural de Cacimbinhas (cidade logo em seguida rebatizada de Pinheiro Machado).

Paiva sustentou até o final ter agido sozinho. Cumpriu 20 anos de prisão. Aos 79 anos, em 1965, morando em um subúrbio carioca e, por ironia, vendendo loterias na porta do antigo prédio do Senado, declarou em entrevista ao *Jornal do Brasil*: "Fui um patriota que se deixou arrebatar pelo ódio que sentia pelo homem que havia, dias antes, assassinado estudantes indefesos nas praças de Porto Alegre. Alguém deveria vingar aquelas mortes."<sup>15</sup>

De certo modo, o desaparecimento de Pinheiro fora conveniente para Borges, que, dessa forma, retomou o controle sobre a deputação na Câmara (LOVE, 1975). Em entrevista ao *O País*, de 20 de outubro de 1921, João Francisco disse:

<sup>13</sup> Documentos nº 8231 a 8286, Fundo Borges de Medeiros, IHGRS, Porto Alegre.

<sup>14</sup> FGV, CPDOC – JF1915-08-22, Rio de Janeiro.

<sup>15</sup> *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), p. 17, 11 dez. 1963.

"Eu conhecia bem a hipocrisia do Sr. Medeiros e sabia que ele e seus íntimos se sentiriam melhor e até se regozijariam com o desaparecimento de Pinheiro Machado" (SOUZA, 1923, p. 87).

João Francisco, mesmo perdendo o principal arrimo, não abandonou a campanha, que animou com comícios, discursos, folhetos, caravanas e até plano de governo. Em fevereiro de 1916, comprometeu-se a enfrentar o problema da segurança pública, que explodira depois da extinção do Cati, ampliando a polícia administrativa. Propôs-se a estabelecer rede telefônica entre as subintendências, como fizera no passado com o quartel. Afirmou que trataria do abastecimento de água potável, vez que Livramento ainda não dispunha de hidráulica. Falava em criar um mercado municipal, em calçar e arborizar os logradouros públicos, em abrir estradas na zona rural e erguer edifícios para as escolas. Acenava com a atração de investidores para construir um hotel. Mas a proposta mais revolucionária era uma colônia agropecuária, para absorver a mão de obra liberada pelo cercamento dos campos e diminuição de tamanho das estâncias. Aventava uma reforma agrária, adquirindo terras e dividindo-as em lotes: "Uma colônia assim custará menos do que a conservação de cárceres na cidade e o imenso trabalho policial para manter a ordem no seio de famintos indigentes" (CAGGIANI, 1997, p. 123).

O plano conferia ao estado um papel indutor do desenvolvimento e mitigador da pobreza. João Francisco relacionou como fonte de inspiração administrações que teria conhecido no interior de São Paulo, mas é provável que estivesse atento ao desempenho do presidente Batlle y Ordoñez no Uruguai. Além disso, seguiu declarando-se, durante toda a vida, positivista e castilhistas (SOUZA, 1934), doutrinas que propugnavam certo protagonismo regulatório do Estado e defendiam a "incorporação do proletariado" à sociedade de modo a evitar a explosão social, como mostraram Rodriguez (1980), Boeira (1980), Fonseca (1983) e Pinto (1986). O próprio Borges interviera no mercado, para regular a carestia, entre 1914 e 1915. Mas

não explicava como iria financiar tantas iniciativas. A intendência devia ao Banco da Província 184 contos, ao juro alto e curto prazo de 12%.<sup>16</sup>

Entrementes, os federalistas, pressentindo oportunidade na cisão republicana, lançaram a candidatura de Ernesto Labarthe: havia então quatro candidatos, de dois partidos.

João Francisco apelou ao general Honorário Salvador Ayres Pinheiro Machado, irmão do finado senador, que, na condição de vice-governador, dirigia interinamente o estado. Mas a extensão de seu isolamento podia ser medida pelo detalhe da carta ir parar no arquivo de Borges de Medeiros.

Somos companheiros de lutas desde que se inaugurou a República e amigos desde 1896, lá são decorridos 20 anos, durante os quais sempre vos dei as mais inequívocas demonstrações de afeto pessoal e as mais copiosas e incessantes confirmações da confiança que sempre tive no amigo, a qual longe de arrefecer está profundamente radicada, atualmente em condições de estabilidade inalterável. Já tendes tempo demasiado para conhecer sobejamente o meu caráter e os meus sentimentos, de modo a não alimentardes hesitações ou dúvidas a meu respeito. Quando sou amigo, sei ser amigo sem restrições. Posso pecar por excesso de franqueza, mas nunca por falta de lealdade.

Isto posto, vos disse: tenho estranhado o vosso silêncio para comigo, de um tempo a esta parte. Levado pelos sentimentos acima expressados, ainda há pouco, vendo os vossos tradicionais inimigos atacando o vosso governo e a vossa pessoa, organizei aqui o Comitê Republicano para prestigiar e apoiar o velho amigo (veja folheto junto). Tenho feito o maior esforço para arregimentar o nosso Partido, aqui já consegui em grande parte.

Creia que, tudo tendo feito no sentido de fortalecer o vosso governo e melhorar a situação local que era anárquica, desordenada, um verdadeiro descalabro, e estava ameaçada de cair nas mãos dos Flores da Cunha, rapazes maus que, tenham cometido os maiores crimes e latrocínios nesta pobre fronteira, desde que, por meio da intriga pérfida se enciumaram do Dr. Borges de Medeiros que, com a mais cruel injustiça, amparou e justificou os Flores da Cunha, que, assim insuflados, atiraram-se contra mim e os meus, assassinaram os meus irmãos e pretenderam assassinar-me e minha velha e adorada mãe! O meu caro General sabe de tudo, e agora, ainda, pode ver o depoimento dado por Pedro Pito, em São Eugênio (veja jornal incluso *A Palavra*).

Eu, aqui, com Comitê Republicano que, congrega a maioria do nosso Partido, como podeis

<sup>16</sup> LEMOS, Juvêncio. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Livramento, 24 ago. 1916. 1 carta n. 8293, IHGRS.

ver do folheto incluso, e lista anexa, estou com todos prontos para cumprir as vossas ordens, sem vacilações ou restrições. Ordene. O meu velho amigo Dr. Moysés Vianna, está disposto a seguir o mesmo caminho e bem assim o nosso velho companheiro, guerrilheiro intemorato, Cel. Ataliba Gomes. Com estes amigos eu posso reorganizar tudo e tudo preparar para sob a vossa direção continuarmos a servir com a mesma lealdade e dedicação de sempre, o glorioso Partido Republicano castilhistista!

O Cap. Solert, meu velho companheiro de armas, a quem conheceis, portador desta, de viva voz vos dará outros esclarecimentos. Ele entregará a V. Ex. uma representação do Comitê Republicano, pela qual vereis a desordem que vai por este município em relação às infrações das leis e conseqüente anarquia política, judicial e civil, tudo fora dos eixos.

Creia meu General: desde que este seu criado deixou de exercer a sua ação de autoridade nesta vasta fronteira, tudo perturbou-se, desorganizou-se e anarquizou-se. Os Flores da Cunha mentindo e intrigando os nossos melhores companheiros com o chefe Dr. Borges de Medeiros, e, ultimamente, com o ilustre Dr. Protásio Alves, têm sido os principais causantes de tudo.

Eu, como o meu caro amigo sabe, afastei-me daqui por três anos, para não ser vítima do punhal dos mercenários dos Flores da Cunha, ou não ter que cometer outras violências que a minha índole de homem puro e de republicano repeliam. Regressando há pouco, ao seio da minha família, era meu pensamento expresso não me envolver em política enquanto a situação não tomasse outro caminho mais digno do nosso passado. Fui, porém, impellido a fazer alguma coisa a instâncias dos meus velhos companheiros da região, no intuito de melhorar o estado de coisas local. Eis o meu único fim.

Para mim nada quero, pois desejo viver independente, do meu labor, cuidando da educação da família que é o último dever que tenho que praticar agora, pois já servi bastante a Pátria. Se não conseguirmos sair deste estado anárquico e desordenado, embora, com toda a minha família tomarei o caminho do exílio voluntário, e irei para o estrangeiro. Como tenho visto, o meu General constantemente viajando, penso que, não vos será penoso vir a Livramento, certificar-se de tudo quanto é mister. Garanto-vos que todo o Partido Republicano exultará e [o receberá] com todas as honras que tendes direito. Será um extraordinário serviço que prestareis a esta terra. Seja como for, repito: ordene como vos aprouver ao velho amigo deveras.<sup>17</sup>

Desaparecido Pinheiro Machado, o rústico Salvador perdia o norte intelectual. Apesar da amizade com João Francisco, não tinha intenção

em ir de encontro a Borges, até mesmo porque sabia da lealdade da Brigada Militar ao mesmo.

Em 25 de abril, *A Federação* em Porto Alegre informava que Protásio Alves, interino na presidência do partido, indicava Juvêncio Maximiliano de Lemos para candidato a intendente. Em correspondência a Borges, Lemos deixara claro seu incômodo com a investidura, pois, afinal, sobre os ombros do intendente pesava o fardo do financiamento das atividades partidárias com o próprio bolso, disponibilidade que ele dizia, como coronel da Brigada, não ter. Desde 1912 ele julgava a sua missão concluída e pedia a Borges uma remoção, de preferência, para a capital. Portanto, encarou o desafio como "uma ordem, *tous simple*, vinda do centro", à qual tinha de se sujeitar. A fórmula vinha sendo negociada com Chico Flores há meses. Moysés Vianna e seu grupo, pressionados, retiraram a candidatura de Bento Maciel.

Fazia parte da urdidura a declaração de insubsistência da legislação eleitoral do município, o que de fato se deu poucos dias depois, a partir do pretexto dado por 12 eleitores que a contestaram. João Francisco resolveu, então, negociar. Para evitar uma intervenção palaciana, que definiria Chico Flores como eminência parda, entendeu-se como Moysés Vianna e Cruz Jobim, retirando a sua candidatura e propondo uma refundação da comissão executiva local:

Entre os abaixo assinados, membros do Partido Republicano do Livramento, no interesse de unificar os nossos esforços, promovendo a união do nosso Partido, fazendo cessar divergências, que a bem da nossa comunhão política não devem existir, temos resolvido;

a) Nos constituiremos numa Comissão Executiva que resolverá por maioria de votos, todos os assuntos que se relacionam com a política local;

b) Esta Comissão Executiva, reconhece e acata a chefia política do eminente Dr. Borges de Medeiros do Partido Republicano do Estado, protestando-lhe leal e decididamente todo o apoio em qualquer emergência, bem como ao Governo do Estado, atualmente exercido pelo benemérito Gal. Salvador Pinheiro Machado;

c) Quanto ao caso intencional, no momento atual, a Comissão Executiva indicará um

<sup>17</sup> SOUZA, João Francisco Pereira de. [Correspondência]. Destinatário: Salvador Ayres Pinheiro Machado. Livramento, 24 abr. 1916. 1 carta, n. 8286, IHGRS.

candidato, tirado do seio do Partido, pondo à margem qualquer dos nomes que tem estado em evidência. O candidato será escolhido pelo Reverendo Jobim entre os seguintes republicanos: Hugolino Cruxem, Theotônio Araújo, José Luís Osório, Ataliba Gomes, Dr. Pedro Simões Pires, Bento Alves Corrêa e Felizberto Padilha;

d) Proclamada a Comissão Executiva pelo benemérito chefe do Partido Republicano, será no mesmo ato proclamado também o candidato do Partido à Intendência, escolhido pelo Reverendo Jobim, entre os nomes acima indicados, com o que desde já se manifestam de acordo os outros dois signatários;

e) Em suas faltas ou impedimentos os membros da Comissão Executiva far-se-ão representar pelos substitutos que indicarem.<sup>18</sup>

Borges de Medeiros já tinha definido seu candidato. Moysés Vianna ainda tentou eleições para o dia 22 de junho, encerramento do mandato, com base nos alistamentos estadual e federal, conclamando o Conselho a organizar as mesas dez dias antes. Chico Flores protestou a Borges, observando que o alistamento federal beneficiava as correntes de Moysés e de João Francisco. Apresentava, ainda, lista de sugestões para nomeação de juizes distritais,<sup>19</sup> os quais, pela nova legislação eleitoral estadual, seriam responsáveis por presidir as mesas.<sup>20</sup>

Borges desprezou a convocação, nomeando Juvêncio de Lemos provisoriamente. O estratagemma costumava ser invocado quando percebia o controle da situação de uma localidade lhe escorrendo pelas mãos (AXT, 2001, 2007; BIAVASCHI, 2006).

Ninguém bateria de frente com Borges e a Brigada Militar. Moysés Vianna foi à cerimônia de posse e posou para foto. No dia seguinte, Chico Flores já tinha indicado sete subintendentes, além do secretário do município, do tesouro, dois amanuenses e um carcereiro. Fundou novo jornal, *O Republicano*, que se tornou porta-voz da corrente. Juvêncio, com o apoio do Regimento, coibiu assaltos e o abigeato, principal demanda dos eleitores.

Pouco depois da posse do interventor, João

Francisco, inconformado, publicava artigos n' *O Debate*. Já que Ramiro Barcellos falecera inesperadamente de uma infecção em setembro de 1915, foi a São Gabriel, entrevistar-se com Fernando Abbott, protagonista da cisão de 1907. Falaram, inclusive, em revolução, com apoio dos antigos inimigos, os maragatos. João Francisco teria armamento remanescente do Cati, estocado. Abbott não embarcou na aventura. Juvêncio monitorava:

Preclaro chefe e amigo Sr. Dr. Borges de Medeiros. Respeitosas saudações.

No propósito de continuar vos informando a respeito do que aqui vai ocorrendo, dirijo-vos a presente.

Maragatos e franciscanos cada vez mais aflitos pela demora da lei eleitoral. Ontem chegou de São Gabriel o Vigário Jobim. Disse-me que Dr. Fernando [Abbott] lhe dissera que João Francisco, indo a São Gabriel, o fez com o fim de o convidar para promover uma revolução no Estado, no que ele, Dr. Fernando, não esteve de acordo. Conversando hoje com um funcionário que se diz meu amigo, esse me deixou ver que de fato há nisso um fundo de verdade. E disse-me mais: que João Francisco não está pobre como se diz – tem dinheiro; que conta com grandes recursos de gente que opera tanto da República Argentina (Corrientes) como do Estado Oriental; com muito armamento e com auxílio dos maragatos.

A propósito disso – consta aqui, com visos de verdade, que o governo está no propósito de dissolver o 2º Regimento refundindo-o no 1º, ficando aqui apenas um destacamento. Este boato está causando aqui alto alarme entre as classes conservadoras que veem nesse disciplinado Corpo uma garantia da ordem e de seus interesses. Sem outra razão para continuar me subscrevo soldado e amigo dedicado.<sup>21</sup>

João Francisco voltou anteontem da estância da mãe. Mantenho junto a ele um bom serviço de polícia secreta. Parece que ele continua no papel de pretendente a alguma mazorca. Junto um exemplar das comunicações que diariamente recebo do secreta que tenho junto a ele e seus companheiros de comitê.<sup>22</sup>

João Francisco seguiu há dias para Montevidéu e Buenos Aires a pretexto de ir se entender com os diretores das empresas que pretendem estabelecer frigoríficos em nosso Estrado, no sentido de obter a gerência de um desses estabelecimentos. Sei que no dia três do corrente conferenciou

<sup>18</sup> SOUZA, João Francisco Pereira de; VIANNA, Moysés; JOBIM, Augusto Martins da Cruz. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Livramento, 6 maio 1916. 1 carta, n. 8289, IHGRS.

<sup>19</sup> Julgavam causas até o valor de 500 mil réis, cabendo recurso ao juiz da comarca. Eram nomeados pelo presidente do estado, a partir de indicações de chefes locais. A maior parte não era bacharel em direito. O cargo era politicamente estratégico (Axt, 2012).

<sup>20</sup> Documentos anexos, n. 8290 a 8293; In: SOUZA, João Francisco Pereira de; VIANNA, Moysés; JOBIM, Augusto Martins da Cruz. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Livramento, 6 maio 1916. 1 carta, n. 8289, IHGRS.

<sup>21</sup> LEMOS, Juvêncio. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Livramento, 29 out. 1916. 1 carta, n. 8298, IHGRS.

<sup>22</sup> LEMOS, Juvêncio. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Livramento, 23 nov. 1916. 1 carta, n. 8301, IHGRS.

em Montevideu com Liberato Rojas, ex-presidente do Paraguai, que ali se acha emigrado, e na noite desse mesmo dia, seguiu para Buenos Aires, prometendo voltar em seguida, já devendo estar outra vez em Montevideu.

No dia 19 de setembro esteve aqui de um modo meio misterioso o Cel. Fabrício Vieira.<sup>23</sup> Foi à estância de D. Luiza Pereira, mãe de João Francisco, conferenciou com este e regressou para o Contestado. Essas informações são absolutamente exatas. Dizem que Rojas possui uma grande quantidade de armamento oculto na província de Corrientes (grifo do autor).<sup>24</sup>

Em 27 de maio de 1917, finalmente, desferiu-se o sufrágio. Lemos e Chico Flores tiveram tempo para azeitar a máquina, que garantiu o resultado sem sobressaltos. Lemos tomou posse como efetivo em 26 de julho. O encaminhamento retirava da oposição o argumento de intervenção palaciana.

Com a administração municipal se saindo bem e novos frigoríficos chegando à cidade (PESAVENTO, 1980), a aventura revolucionária de João Francisco ficou para as calendas. O antigo senhor de baração e cutelo da fronteira, cuja imagem aterrorizante repercutira durante anos na imprensa de Montevideu, de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, animando vozes como a do dramaturgo uruguaio Florencio Sanchez (1990) e de Rui Barbosa, agora, sem espaço na cidade natal, retornava, derrotado, para São Paulo, onde levaria a vida administrando um pequeno tambo de leite, até a eclosão da revolta tenentista de 1924, na qual assumiu protagonismo.

### Considerações finais

Depois do confronto do Clube Pinheiro Machado em 1910, João Francisco tentou se retirar para a vida privada, sua intenção desde a extinção do Regimento do Cati. Mas, sem seu irmão Bernardino, o projeto de um frigorífico no Paraná não avançou. Em seguida, foi perseguido pelos Vargas em São Borja, de onde migrou para São Paulo, ali também fracassando, colhido pela conjuntura de guerra. O regresso a Livramento

foi decorrência do insucesso nos negócios.

A cisão de 1915 estourou dois anos depois de Borges reassumir a presidência do estado, em um momento de crise econômica e de rearranjo de forças. Mas as mortes de Ramiro Barcellos e Pinheiro Machado contribuíram para desarticular o grupo que tentava reação. Além disso, a Brigada Militar seguia fiel a Borges. Sem Pinheiro Machado, João Francisco persistiu orgulhosamente na campanha municipal, acreditando na possibilidade de um levante revolucionário contra o chefe, como indicam suas movimentações pós-eleitorais.

Borges de Medeiros aplicou a Livramento a receita utilizada em outros municípios (AXT, 2007). Dividiu para dominar. Estimulou a fricção entre facções intestinas. Para as eleições de 1916 surgiram três candidaturas no interior do PRR. A divisão era tão evidente que o Partido Federalista, praticamente arrasado na Revolução de 1893, ousou lançar um pré-candidato.

Afinal, com o cenário ameaçando sair do controle, Borges forjou um pretexto para declarar a insubsistência da lei municipal, cancelando o pleito e nomeando um interventor temporário, não por acaso, um coronel da Brigada, que lhe devotava lealdade absoluta, e que estava estacionado em Livramento, com a missão de manter a ordem, desde o tiroteio de 1910. Como, entretanto, as outras facções ainda permaneciam fortes, a interventoria não pôde se alongar, como aconteceu em outras municipalidades (FRANCO, 1988). Destarte, as eleições foram de fato convocadas assim que a nova situação conseguiu garantir o aparelhamento do processo, atraindo eleitores e cerzindo alistamentos que lhe seriam favoráveis. O controle da máquina pública, com a nomeação de apaniguados, era estratégico, assim como o alistamento eleitoral, que podia favorecer esta ou aquela facção. Sem surpresas, portanto, o Coronel Juvêncio se elegeu.

Em Livramento, assim, como em Cachoeira do Sul, havia descontentamento com a política econômica. Na fronteira, a elite charqueadora

<sup>23</sup> Estancieiro e coronel da Guarda Nacional que comandava grupo de vaqueanos que atuou ao lado das forças da União no conflito conhecido como Guerra do Contestado, que se desenrolou entre 1912 e 1917 no Oeste de Santa Catarina. Manoel Fabrício Vieira carregava fama de envolvimento em roubos, assassinatos e chacinas. Foi combatente contra os federalistas na campanha de 1893, mas em 1923 colocou-se ao lado dos revolucionários assististas, contra Borges de Medeiros.

<sup>24</sup> LEMOS, Juvêncio. [Correspondência]. Destinatário: Borges de Medeiros. Livramento, 16 dez. 1916. 1 carta, n. 8303, IHGRS.

e estancieira sentia-se sufocada com a retração dos mercados imposta pela guerra, com o desarranjo dos transportes e o aferro do fisco. O cercamento dos campos e a diminuição das estâncias liberavam mão de obra, que, ociosa, alimentava a insegurança pública. Sem frigoríficos e melhoramentos nas raças, a indústria como um todo era antiquada. Em Cachoeira, pequenos proprietários rurais da zona colonial teuta reclamavam do tabelamento do preço de produtos essenciais de consumo da população, como o feijão. Além disso, em um cenário típico do sistema coronelista de poder, facções disputavam cargos e vantagens extralegais, tais como fraudes processuais ou eleitorais e isenções fiscais.

Em Livramento, assim como em Cachoeira do Sul, rusgas locais foram caldeadas pela cisão de 1915, protagonizada por Ramiro Barcellos. Mas se em Cachoeira a crítica a Borges de Medeiros confundia-se com a oposição a Pinheiro Machado, em Livramento João Francisco o enfrentava esperando apoio do Senador, de quem era compadre. Apesar da incoerência, João Francisco aproximou-se de Ramiro em 1915 e de Abbott, que pontificara na cisão de 1907, em 1916, tendo, inclusive, acenado aos antigos e odiados inimigos, os maragatos. Invocando seu prestígio de ex-comandante do Cati, tentou fomentar uma rebelião. Mas estava só. Em fins de 1916, a economia local estava entrando em um novo ciclo de prosperidade, com a chegada dos frigoríficos e com a chance de exportação para a Europa em guerra. João Francisco, assim, sem alternativas, migrou novamente para São Paulo.

Borges de Medeiros viveu nos anos seguintes o apogeu de sua glória. Mas no início da década de 1920, nova crise econômica reavivou o espírito contestador, desaguado na campanha eleitoral de 1922. Naqueles tempos, sabia-se que a oposição não ganharia as eleições. Se a manipulação, a fraude e a intimidação não fossem suficientes durante o processo, maquiagens na apuração e no reconhecimento resolviam para os governistas. Ainda assim, oposicionistas se atiravam em tais empreitadas, porque precisavam da mobilização eleitoral para catapultar atrevimentos revolu-

cionários. Em 1923, assim, estourou o levante assistista, que, finalmente, logrou modificar a Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, terminando com o instituto das reeleições indefinidas. Em 1928, um Borges fragilizado transferiu o governo para os jovens Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura (AXT2011).

Borges, por sua vez, tendo um esquema autoritário montado, seguia promovendo eleições por serem necessárias para a manutenção das aparências republicanas do regime, de modo a evitar pretextos para uma intervenção federal, como acabou acontecendo em 1923. Além disso, as eleições municipais mantinham o partido mobilizado para as federais e o volume de votos no estado era influência nacional (AXT, 2001a).

Para Borges, controlar a fronteira era imperativo. O contrabando era responsável por evasão de divisas (SILVA, 1922; AXT, 2002c; SOUZA, 2007) e as chances de investidas rebeldes armadas a partir da república vizinha, embora diminuídas desde as mortes de Silveira Martins, em 1901, e Aparício Saraiva, em 1904, assombravam (RECKZIEGEL, 1999). João Francisco, ao escorregar para a dissidência, tornara-se um problema a ser neutralizado. Porém, sem o Regimento do Cati, já desprovido de fortuna, sem o arrimo de Pinheiro Machado e enfrentando facções divergentes fortalecidas por Borges de Medeiros, não havia muito o que pudesse fazer.

Quando eclodiu a Revolução de 1923, chegou a oferecer seus préstimos a Borges, que, porém, cauteloso, não quis lhe entregar o comando de uma Brigada Provisória (que podia reunir vários Corpos), mas apenas de um Corpo (de 200 a 400 homens), o que pareceu ao guerreiro oferta aquém de sua experiência e posição militares. Aborrecido, publicou duros ataques a Borges (SOUZA, 1921; 1923). Em 1924, tentou apoiar a revolta tenentista no estado, rapidamente desbaratada pelas forças borgistas, mas esteve na origem da Coluna Prestes-Miguel Costa (CABEDA, 2008). Com o malogro do movimento, lhe restou o exílio. Reconciliou-se com o PRR e com José Antônio Flores da Cunha (mas não com Borges de Medeiros), em 1930, por intermédio de Oswal-

do Aranha e de Claudino Nunes Pereira, então comandante da Brigada Militar, (SOUZA, 1934), voltando ao Brasil e tomando parte na revolução que derrubou o governo federal.

Portanto, não obstante setores da historiografia terem insistido, pelo menos até o início dos anos 1990 (FRANCO, 1988; TRINDADE, 1980, 1993; PINTO, 1979, 1986; BODEA, 1979), em um quadro que caracterizava o domínio tranquilo do longo consulado do PRR – um partido disciplinado, com filiados respeitadores do conteúdo programático e da hierarquia – na prática as coisas se deram de modo diverso. Estudos que foram além das fontes oficiais e se debruçaram sobre as correspondências preservadas no Fundo Borges de Medeiros, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, apontaram a ocorrência de tensão no interior do partido, com facções em luta e chefes locais divergindo do líder, que precisava, assim, além da imposição, se valer de esquemas de cooptação e manipulação para prevalecer (Félix, 1987; Ramos, 1990; AXT, 2001).

Com o fim da Revolução Federalista e a exclusão da oposição de maneira quase categórica, a disputa se transferiu para dentro do próprio PRR, com o dissídio fermentando sob a capa aparente do consenso. O controle do Estado era importante para grupos locais porque permitia o acesso a meios de capitalização, seja mediante a distribuição de cargos, seja pelo aparelhamento da Justiça e da Polícia, como mostram Leal (1978), Janotti (1981) e Carvalho (1998).

Assim, o surgimento de facções e dissidências fazia parte do sistema. Mas o fortalecimento excessivo de uma facção era problemático a Borges, na medida em que sua autonomia relativa em relação aos poderosos locais fatalmente diminuiria. Daí a preferir a manobra pelos bastidores, jogando um grupo contra o outro, não entregando a nenhum o controle absoluto do município. A milícia estadual e a Justiça, como mostraram Medeiros (1980), Félix (1987) e Axt (2012) ajudavam a abafar os mais ousados.

Borges dividia para dominar, como Prado Júnior (1945) percebeu fazerem os reis no Estado patrimonial português para impor seu domínio sobre os administradores da vasta colônia, onde

a capacidade de intervenção infraestrutural era fraca (Mann, 1984). Porém, o limite dessa prática se mostrava quando a luta intestina se avolumava de modo a desmobilizar o partido, permitindo que espaços fossem ocupados pela oposição federalista. O regime, autoritário, clientelístico e oligárquico, na prática, não podia abrir mão do verniz de legalidade, fundamental para afastar a pecha de ditadura (que a oposição maragata pretendia lhe impor desde a Revolução Federalista), garantindo a aparência republicana (AXT, 2002d) e mantendo a grei mobilizada para o enfrentamento das eleições federais (AXT, 2001a).

A cisão de 1915 em Livramento emergiu em conjuntura de crise econômica e social, com aumento da pobreza e da violência, bem como da incerteza entre empreendedores. Tão logo a economia reagiu, a pressão aliviou. O plano de governo de João Francisco previa um estado indutor do desenvolvimento e mitigador do sofrimento social, o que estaria, em princípio, em consonância com o positivismo tão decantado pelo PRR. Mas Borges não se sensibilizou e preferiu uma administração municipal convencional, no marco do liberalismo ortodoxo, sem promoção de grandes investimentos ou aumento do endividamento, e que usou a milícia estadual para melhorar a segurança pública. A dinamização da economia viria com a chegada dos frigoríficos.

## Referências

AITA, Carmen; AXT, Gunter. *João Neves da Fontoura*. Porto Alegre: ALRS, 1997.

AITA, Carmen; AXT, Gunter. *José Antônio Flores da Cunha: discursos (1909-1930)*. Porto Alegre: ALRS, 1998.

ANAIS do Arquivo Histórico do RS. Política e poder nos primeiros anos da República: a correspondência entre Julio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Virissimo de Bitencourt. Porto Alegre: AHRS\EDIPUCRS, 2009.

ANTONACCI, M. Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1928)*. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

AXT, Gunter. Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 175-216, 2001a.

- AXT, Gunter. O Governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 119-140, 2002.
- AXT, Gunter. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexa entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. *Métis, História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 39-70, 2002b.
- AXT, Gunter. A dimensão política e social do contrabando no Rio Grande do Sul. *História em Revista*, Pelotas, v. 8, p. 69-110, 2002c.
- AXT, Gunter. Constitucionalidade debatida: a polêmica Carta Estadual de 1891. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 305-344, 2002d.
- AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: BOEIRA, N., GOLIN, Tau (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1, p. 89-128.
- AXT, Gunter. *Gênese do Estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- AXT, Gunter. O Judiciário e a dinâmica do sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul. *Métis, História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 11, n. 21: p. 39-88, 2012.
- AXT, Gunter. Ramiro Barcelos e as questões econômicas de seu tempo. In: FISCHER, L.A. (org.). *Antônio Chimango*. Poemas, crônicas, discursos e polêmicas de Ramiro Barcelos. Caxias do Sul: Modelo de Nuvem, 2016.
- CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura*. A história contada pelo dragão. Introduções de Gunter Axt e Coralio Cabeda. Porto Alegre: Memorial MPRS, 2002.
- BAKOS, Margaret M. *A continuidade administrativa no governo municipal de Porto Alegre – 1897/1937*. 1986. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1986.
- BARETTA, Silvio Rogério Duncan. *Political Violence and Regime Change: a Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. 1985. Tese (Doutorado em Ciência Política) – University of Pittsburgh, Pensilvânia, 1985.
- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Coronelismo e conflitos políticos em Santa Maria (1889-1930). *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 61-77, 2006.
- BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, J. H; GONZAGA, S. (org.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34-59.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. Letras, 1996.
- CABEDA, Corálio B. P. A noite do bambu. *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 1-11, 2002.
- CABEDA, Corálio B. P. Levantes Tenentistas: 1924-1926. Uma abordagem. In: AXT, G. (org.). *As guerras dos gaúchos*. História dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 300-333.
- CABRAL, Cid Pinheiro. *O Senador de Ferro*. Porto Alegre: Sulina, 1969.
- CADORE, Marcos César. *O Jogo do Poder: uma análise das relações coronelistas em Encantado (1914-1916)*. Encantado: BT, 2014.
- CAGGIANI, Ivo. *João Francisco: a hiena do Cati*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- CARONE, Edgar. *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difel, 1971.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Escritos de História e Política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CESAR, Guilhermino. *O contrabando no sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS, 1978.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italianos no processo revolucionário. In: FLORES, M. (org.). *1893-95: A revolução dos maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 75-81.
- CORONEL João Francisco. *Conceitos emitidos a seu respeito por Julio de Castilhos, Pinheiro Machado e outros eminentes políticos, literatos, etc. 1895-1915*. São Paulo: [s. n.], 1921.
- DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 130-149, 2000.
- ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1922.
- FÉLIX, Loiva. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FÉLIX, Loiva. As relações coronelistas no estado borgista: discussão historiográfica. *Estudos Leopoldenses*, São Leopoldo, v. 28, n. 127, p. 67-85, 1992.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Contrabando na fronteira meridional do Brasil – por fora e por dentro da Alfândega (1845-1889). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 4, n. 7, p. 122-142, 2012.
- FONSECA, Pedro César Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. Borges de Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Globo, 1969.
- FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: DAMASCENO, A. (org.). *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1962.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.
- FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T.; AXT, G.; RECKZIEGEL, A. L. (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1, p. 129-170.
- GERTZ, René E. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, A. (org.). *Étnias e carisma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907"*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 1998.

- HAMMERSCHMITT, Alini. *O Jornal do Comércio como porta-voz do produtor arrozeiro* (Cachoeira do Sul, 1905-1925). 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), Porto Alegre, 2019.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.
- LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOVE, Joseph L.; FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. v. I, t. III.
- MANN, Michael. The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. *Archives Européennes de Sociologie*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 185-213, 1984.
- MEDEIROS, Manoel da Costa. *História do Herval: descrição física e histórica*. Caxias do Sul: UCS, 1980.
- MÜLLER, Geraldo. *Periferia e dependência nacional: estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul*. 1972. Dissertação (Mestrado em Geografia) – USP, São Paulo, 1972.
- O ESTADO do Rio Grande do Sul. Barcelona: Monte Domez, 1916.
- ORICO, Osvaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- PESAVENTO, S. J. *A República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.
- PINTO, Céli Regina J. *Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-grandense (1882-1891)*. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 1979.
- PINTO, Céli Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- PINTO, Céli Regina J. Política rio-grandense na República Velha: a percepção das oposições. *Análise Econômica*, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 83-111, 1987.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- RAMOS, Eloisa Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-Grandense e o poder local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 1990.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF, 1999.
- REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2007.
- RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul: UCS, 1980.
- RÜCKERT, Fabiano Quadros. *O saneamento e a politização da higiene do Rio Grande do Sul (1828-1930)*. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2015.
- SANCHEZ, Florencio. El caudillaje criminal en Sudamérica. In: Rama, C.; CAPPELLETTI, A. (org.). *El anarquismo en America Latina*. Caracas: Ayacucho, 1990. p. 202-213.
- SILVA, J. Resende. *A Fronteira do Sul*. Estudo geográfico, econômico, histórico e fiscal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.
- SOUZA, João Francisco Pereira de. *Aos Rio-grandenses castilhistas-pinheiristas*. São Paulo: [s. n.], 1921.
- SOUZA, João Francisco Pereira de. *Psicologia dos acontecimentos políticos sul-rio-grandenses*. São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1923.
- SOUZA, João Francisco Pereira de. *Noventa e Três*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1934.
- SOUZA, Susana Bleil de. Comércio e contrabando na articulação do espaço fronteiriço platino. In: BOEIRA, N. et. al. (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, t. 1, p. 305-334.
- TAVARES, Francisco da Silva; TAVARES, Joca. *Diários da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004.
- TRINDADE, Hêlgio. *Poder Legislativo e autoritarismo no RS*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- TRINDADE, Hêlgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J. H., GONZAGA, S. (org.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A crise dos anos 20*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Bauru: EDUSC, 1999.
- XARQUE Fresco. *Indústria paulista*. São Paulo: Vanorden, 1914.

---

### Gunter Axt

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil. Secretário Municipal de Cultura de Porto Alegre.

---

### Endereço para correspondência

Gunter Axt

Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre

Av. Independência, 453 - Auxiliadora, Porto Alegre - RS, 90035-075

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.*